#54 SÉRIE II OUTUBRO 2022

anti—capitalista

As crises de custo de vida

Notas do acampamento da IV
P 3

O inverno europeu
P 4

As medidas do Governo e a resposta dos trabalhadores
P 5

Viver acima das nossas possibilidades

E assim se finda o verão com uma turbulência de crises que desintegram o tecido sócio-económico de Portugal e da Europa. Crises que reduzem o poder de compra e aumentam as desigualdades entre os poucos que têm tudo e os muitos que não têm nada. Crises que massacram o ambiente, esgotam os recursos naturais e desrespeitam a vida humana.

A leste, a guerra continua a demonstrar as vontades macabras do imperialismo e as consequências nefastas de uma guerra sem fim à vista. A partir do conflito na Ucrânia joga-se o jogo da dependência energética, no qual a União Europeia demonstra não ter vontade de deixar para trás o carvão, o gás natural e a realpolitik. O resultado é um aumento da inflação e do custo de vida brutal. Um golpe mortífero para as pessoas que se encontram nos lugares mais vulneráveis da nossa sociedade.

Os incêndios voltaram a fazer parte da agenda mediática mundial. Portugal teve a terceira maior área ardida da Europa, resultado de uma política de manutenção do status quo que impede qualquer visão estratégica sobre o futuro e prejudica o planeta. Também em chamas está o Serviço Nacional de Saúde, esgotado pela pandemia e com dificuldades em manter abertos os centros de cuidados primários, afetando principalmente as pessoas que não têm recursos para recorrer à saúde privada.

O governo da maioria absoluta decidiu acolher de braços abertos o novo normal e apresentou um pacote de medidas de combate à inflação desenhado para manter os cidadãos em modo de sobrevivência. Nem o recorde de capital gerado pelo regresso do turismo em massa parece ter aliviado a preocupação crónica sobre o défice orçamental. Onze anos depois do memorando de entendimento com a troika, parece que ouvimos novamente o "não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades" e pagamos com o aumento do custo de vida.

Descontentes com a política centrista de deixar andar no meio do caos social e económico, crescem em Portugal e no resto do mundo as alternativas à direita, cujo aparecimento rima com o famoso verso de Yeats: "As coisas desmoronam-se; o centro não se aguenta". Da Itália à Suécia, do Reino Unido ao Brasil, as novas direitas vão encontrando novas formas de expressar antigos costumes, aproveitando as contradições do capitalismo e os tropeções do Estado-Providência para espalhar ódio e divisão.

Face à desorganização política e social, aos contornos maleáveis de uma outra ordem mundial, às crises de custo de vida e ao crescimento das novas direitas, resta-nos responder com um projeto coeso para o futuro. Uma alternativa ecossocialista, solidariedade internacionalista e uma resposta à múmia de Cavaco: as nossas possibilidades somos nós que as construímos, e, portanto, viveremos sempre acima delas

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
Viver acima das nossas possibilidades

3 IV Internacional
Notas sobre a participação da Rede Anticapitalista no 37º Acampamento Internacional de Jovens Revolucionários

4 Energia
O inverno europeu

5 Inflação
O pacotinho e a defesa dos rendimentos do trabalho

6 Bívora
In Memoriam

6 Ver e ler
Sugestões e críticas de cinema e literatura

8 Feminismo
(Novas) Cartas Portuguesas

9 Outra lente
Protesto no estilo de...

Dossiê | Novas direitas, velhos costumes

Inês Sena
Asia Leonardi
Michel Lowy
Rodrigo Sousa

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Torres

Participaram nesta edição
Ana Teresa Fonseca
Andreia Galvão
Asia Leonardi
Carolina Serrão
Daniel Borges
Daniel Carapau
Inês Sena
João Alves
João Bernardo Narciso
José Miguel Ricardo
José Torres
Kosta
Lou Loução
Raquel Lindner
Rodrigo Sousa

Depósito Legal
441931/18

"Ir à IV": Notas sobre a participação da Rede Anticapitalista no 37º Acampamento Internacional de Jovens Revolucionários

texto de Raquel Lindner
ilustração de Kosta

"Ir à IV" é para muitas de nós uma expressão familiar. Escutamo-la no decurso dos nossos trajetos militantes em alusão a um lugar de formação, recriação e partilha da nossa identidade política. "Ir à IV", isto é, "ir ao acampamento da IV", é para diferentes gerações de jovens anticapitalistas expressão de uma possibilidade de encontro com centenas de outres jovens militantes que lutam pela transformação radical do mundo a partir de uma perspetiva feminista, queer, ecossocialista, antirracista, internacionalista.

Após dois anos de interregno forçado, este Verão voltámos a "ir à IV". Dinamizado pelo Secretariado da IV Internacional, o Acampamento Internacional de Jovens Revolucionários retomou a sua 37ª edição em Vieure, França, entre os dias 23 e 29 de Julho, tendo como anfitrião o NPA – Nouveau Parti Anticapitaliste. Alicerçado num modelo de organização autogerida, a edição deste ano contou com cerca de 200 participantes, organizades por 12 delegações. Cinco elementos formaram a delegação da Rede Anticapitalista, a única delegação portuguesa.

Palestras e workshops estruturaram o programa formativo do acampamento ao longo de seis dias. A urgência na edificação de uma agenda ecossocialista no combate à crise climática, provocada pelo sistema de produção e de consumo capitalista, ocupou o primeiro dos dias do encontro. Outros dias do acampamento dedicaram-se à discussão da atual frente autoritária neoliberal que irrompe pelo mundo, dos seus efeitos políticos polarizantes, do lugar da organização partidária e juvenil e da solidariedade internacional no seu combate. As identidades – de género, sexuais, étnicas e raciais – tomaram igualmente centralidade no programa. Aquilo que somos, a matéria que instituí e com que constituímos a nossa identidade, posiciona-nos sobre sistemas materiais de relações sociais que atuam na manutenção e reprodução do sistema capitalista. O caso da greve das enfermeiras dinamarquesas durante a crise pandémica, a luta das pensionistas contra a alteração da idade de reforma das mulheres na Suíça ou a organização laboral de pessoas migrantes em situação irregular no Sul da Europa constituíram valiosos momentos de partilha no acampamento, assim como expressões primordiais de como a identidade se pode determinar axial à organização anticapitalista dos nossos dias.

Ainda espaços mistos e não-mistos - das mulheres, LGBTQI+, racializado - e comissões permanentes - ecossocialista, antifascista e conflito russo-ucraniano - compuseram o programa do acampamento enquanto arenas estratégicas de encontro entre diferentes ativistas para partilha de experiências de organização e discussão de novos trajetos de resistência. Construir um movimento feminista mais inclusivo ou descolonizar os nossos espaços militantes a partir de um exame das estruturas de privilégio sob as quais estes se constroem desenham-se desafios comuns às distintas frentes de luta anticapitalista.

As reuniões interdelegações constituíram igualmente importantes espaços de diálogo durante o encontro. Nestas, teceram-se solidariedades, forjaram-se pontes mas, também se identificaram contrastes - se há o que nos une e aproxima, questões como a solidariedade armada no caso do conflito russo-ucraniano ou a recusa de participação em alianças e/ou modelos de partidos políticos alargados à esquerda traçam entre nós descontinuidades.

"Ir à IV" é, necessariamente, voltar da IV com mais que aquilo que partimos. Trazemos connosco laços de solidariedade, formas alternativas de organização, novos horizontes de resistência, memórias de abraços e afetos entre amigues e camaradas. "Ir à IV" é voltar com a certeza e confiança do projeto político anticapitalista, com a alegria e com a vontade de fazer a luta toda. "Ir à IV" é, sobretudo, voltar com o entusiasmo de voltar a "ir à IV". Como tantas vezes se gritou: que viva a IV Internacional, a nossa revolução será mundial!

O inverno europeu

texto de João Bernardo Narciso
ilustração de João Alves

O inverno está a chegar, e com ele chega a promessa de um agravamento da crise energética que vivemos. O cenário de interrupção total de fornecimento de gás russo parece cada vez mais plausível, com a suspensão da operação do gasoduto Nord Stream 1 no início de setembro e com a chantagem russa que ameaça mais interrupções no caso do não levantamento das sanções. Este cenário vem na sequência de uma grande redução da dependência de importações de gás da Rússia - cerca de 40% antes da invasão à Ucrânia, hoje reduzida a 9%. No mesmo sentido, o embargo europeu ao petróleo russo entrará em pleno vigor até ao fim do ano.

Face a um futuro sem hidrocarbonetos russos e a uma pressão dos preços recorde da eletricidade que é insustentável para as famílias e para as empresas e já não pode ser ignorada, a Comissão Europeia preparou uma resposta.

Uma das principais medidas apresentadas pela Comissão Europeia é a da imposição de um teto máximo nas receitas da produção de energia a baixo custo. Atualmente, os preços da eletricidade na Europa são definidos pelo custo da tecnologia marginal, ou seja, é o custo da central mais cara a que é necessário recorrer para satisfazer a procura que define os preços de todo o mercado. Assim, os produtores "inframarginais" - aqueles que produzem eletricidade a um custo muito menor do que o preço estabelecido pelo mecanismo, como é o caso das renováveis e da nuclear - conseguem obter enormes lucros.

A proposta da comissão é a de que as receitas angariadas com a imposição do teto máximo sejam redistribuídas pelos consumidores. Na prática, esta é uma proposta de remedeio para uma conjuntura excecional e que não altera de forma estrutural o mecanismo de definição de preços, algo que é reivindicado por vários países, nomeadamente pela Grécia, cujo governo apresentou uma proposta de separação do mercado energético em dois: um para as renováveis e outro para os combustíveis fósseis.

Outra medida apresentada é a da aplicação de um imposto sobre os lucros extraordinários do setor dos combustíveis fósseis. A eficácia desta medida dependerá da forma como definirá aquilo que é um lucro extraordinário. Antes da comissão, já vários governos tinham anunciado e operacionalizado diferentes políticas de tributação de lucros extraordinários e com diferentes níveis de ambição. O governo espanhol, por exemplo, anunciou um imposto a aplicar ao setor energético e à banca, e que incidirá não só sobre aquilo que é considerado como "lucro extraordinário", mas sobre toda a receita dessas empresas. Itália (cujo imposto anunciado terá efeitos retroativos), Bélgica, Grécia e Reino Unido são outros exemplos de países que também se anteciparam nesta medida.

Finalmente, a Comissão estabelece objetivos de redução da procura de eletricidade, em particular nas horas de pico. Governos de países como a Espanha e a Alemanha tomaram já medidas concretas neste sentido, como o estabelecimento de limites mínimos e máximos das temperaturas dos equipamentos de ar condicionado, a obrigatoriedade do fecho das portas de estabelecimentos comerciais, o fim da iluminação de montras e de monumentos e proibição do aquecimento de piscinas privadas.

Algumas destas medidas são há muito reivindicadas pela esquerda. Sendo capazes de contribuir para um aliviamento dos preços da eletricidade, têm muito pouco de estrutural e não resolverão por si as crises por que passamos. Para isso é necessário romper com dogmas de mercado, e promover o investimento público e o controlo democrático do setor energético.

No entanto, podemos servir-nos destas propostas da insuspeita Comissão Europeia para outros exercícios de raciocínio político. Desmascaram um Partido Socialista obcecado por uma inflexibilidade orçamental que atrofia o país, e que é tantas vezes ultrapassado pela esquerda por governos ditos de direita e pelas próprias instituições europeias, acabando por atuar in extremis e a reboque de outras forças - como no caso do mecanismo ibérico de eletricidade ou mais recentemente num hipotético imposto sobre lucros extraordinários.

Colocam a nu a fragilidade de uma série de pressupostos económicos sobre os quais a política europeia se tem baseado. Como aconteceu aquando crise da COVID-19, cuja resposta europeia incluiu a suspensão de regras orçamentais como o limite do défice, estas medidas põem em causa mecanismos e preceitos económicos que mais uma vez provam estar desligados da realidade e não ser capazes de responder às necessidades dos europeus. mostram que é possível fazer muito mais, se houver vontade política e se se levarem os desafios do nosso tempo a sério. Aquilo que ontem era blasfémia, hoje está no domínio do possível.

O pacotinho e a defesa dos rendimentos do trabalho

texto de Daniel Carapau e José Ricardo
ilustração de João Alves

Dez anos após a troika e o governo PSD/CDS, e em plena maioria do PS, vemos a inflação, em vez da austeridade, a provocar a maior queda de salários reais das últimas décadas. Neste texto iremos abordar os efeitos da inflação no campo do trabalho e as inadequadas políticas que o Governo tem vindo a adotar, preferindo dissimuladamente impor uma narrativa falsa de que tudo está bem assim.

Quem mais perde com os efeitos da inflação, segundo Vicente Ferreira, são "a grande maioria dos trabalhadores e pensionistas, cujos rendimentos não aumentaram na mesma proporção do nível geral de preços". Assim, estando apresentado o programa do Governo "Famílias Primeiro", podemos concluir que o essencial para o Governo continua a ser a narrativa das "contas certas", a instalação de uma austeridade disfarçada e o lançamento de um debate envenenado quanto à sustentabilidade da Segurança Social.

As oito medidas apresentadas pelo Governo foram feitas com muito tempo de atraso em relação à maioria dos parceiros europeus. Com este atraso, a fatura da inflação tem sido paga pelos trabalhadores e pensionistas, que este ano já vão perder um mês de salário. Este conjunto de medidas é tardio e curto em comparação com outros países europeus, e esconde um corte de mil milhões de euros no sistema de pensões a partir de 2024.

Ao não tomar as medidas que podiam de facto compensar a inflação, como aumentos intercalares do salário mínimo nacional, dos salários da função pública e das pensões, o Governo está a assegurar que existirá em 2022 uma perda de poder de compra para quem trabalha equivalente a um salário, enquanto os pensionistas perderão cerca de meia pensão este ano e outra meia em 2023, ao que acresce o corte permanente a partir de 2024.

A maioria absoluta fez o PS abandonar a recuperação, ainda que parcial, de rendimentos – que nunca incluiu a revisão das normas laborais impostas pela troika – e abraçar o empobrecimento de quem trabalha. Com uma possível recessão ao virar da esquina, tudo se conjuga para que à sua chegada voltaremos a assistir ao crescimento do desemprego e muitas famílias a braços com a impossibilidade de pagar as despesas básicas, incluindo a renda da casa ou o empréstimo para habitação (com juros sempre a subir durante 2023). Isto num contexto socioeconómico em que 22,4% da população se encontra em situação de risco de pobreza ou de exclusão social.

Enquanto permite a queda livre dos salários reais, António Costa acena aos trabalhadores com duas iniciativas: a "agenda do trabalho digno" (ATD) e um "acordo (na Concertação Social) para a competitividade e rendimentos". Quanto à primeira, a "agenda" não mexe no essencial do desequilíbrio de forças entre patrões e trabalhadores que as leis laborais devem corrigir. Pelo contrário, mantém na lei o essencial das normas que permitem a generalização da precariedade e estende a desregulação do trabalho, que já existe no caso do transporte individual, às restantes gigantes das plataformas digitais. Isto depois de, na versão inicial da ATD, em 2021, ainda num contexto minoritário, o Governo ter proposto mecanismos para a celebração de contratos de trabalho diretamente com as plataformas.

No que toca ao Acordo na Concertação Social, que Costa garante vir a ser a força motriz para o aumento do peso dos salários no PIB, quem acredita que os patrões se irão comprometer a subir salários acima da inflação enquanto o Governo pretende fazer o oposto em relação à função pública? Quando a inflação afeta os preços de tudo menos do trabalho, não deveria o Governo aumentar os salários reais dos funcionários do Estado, pressionando assim o setor privado a acompanhar esse aumento? Costa diz que não. Mantém apenas o aumento de 2% e deixa assim a negociação com o patronato encaminhada para promessas de benefícios fiscais, que não garantem a subida dos salários. Uma das prendas aos patrões foi já pré-anunciada pelo Ministro da Economia: um corte "transversal" no IRC, ou seja, redução de impostos para todas as empresas.

Se a palavra dada fosse mesmo palavra honrada, o primeiro-ministro já teria tomado medidas que verdadeiramente compensassem os efeitos da inflação.. Pelo contrário, o Governo pretende mexer nas leis laborais para deixar tudo na mesma, prometendo dignidade sem perspetiva nenhuma de a garantir. Assume também que irá cortar (ou deixar que se diluam) salários e pensões reais durante pelo menos 2 anos consecutivos. Cabe à esquerda política e ao mundo organizado do trabalho combater a atual maioria em nome dos rendimentos de quem trabalha e de quem mais está desprotegido perante esta nova crise.

In Memoriam

A rainha de Inglaterra, Isabel II, faleceu. A morte da monarca surpreendeu os que já achavam que ela seria imortal devido ao seu sangue azul. Portugal declarou três dias de luto em memória de Sua Alteza. As notícias relataram que muitos portugueses desconheciam ser seus súbditos e pertencer à Commonwealth. Pormenores para quem não está atento. Afinal, alguns portugueses lembram-se de que os ingleses sempre foram muito nossos amigos. A "velha aliança" conhece a sua utopia em plena forma nos reinos do Algarve.

Alguns líderes africanos e asiáticos recusaram-se a celebrar a dedicação com que se comprometeu a falecida rainha com a coroa (não é qualquer pessoa que se mantém no seu posto de trabalho durante setenta anos). Falaram de "colonização" e de "exploração". Enfim, desceram ao nível mais baixo para tentar arruinar a memória de tão honrosa senhora. Mas é para o lado que dorme melhor, como se ainda tivesse os cristais da África do Sul sobre a cabeça.

Infelizmente, Cristina Ferreira não pôde estar no funeral da rainha. Até porque poderia ter estado, mas a celebração da vida da monarca teve lugar no dia depois das filmagens do Big Brother, e às segundas "é mesmo impossível". Para quem se interessar, lamento informar que também não estive presente - foi o dia da semana em que estreou mais um episódio de "House of the Dragon" em Portugal.

Longa vida ao rei, quer dizer...
Viva a República.

MotelX

Lou Loução

Os festivais portugueses de cinema têm um papel comercial. Contudo, têm uma função e um papel muito mais ativo na divulgação de pequenos autores e de filmes menos comerciais. Muitos filmes acabam por estrear em festivais e nunca mais são exibidos. A importância dos festivais de cinema portugueses reflete-se na sua programação e na tentativa de exibir filmes com menor visibilidade e de autores mais independentes ou até mesmo clássicos nunca exibidos em Portugal.

O MotelX, festival internacional de cinema de terror de Lisboa, teve a sua residência no cinema São Jorge e em outros espaços da cidade de 6 a 12 de setembro. Apresentou secções como a competição de curtas portuguesas, mas também longas metragens nacionais como "O corpo aberto", "Criança lobo" e "Os demónios do meu avô" e internacionais, como "Speak no evil". O festival teve ainda cópias restauradas e exibições de filmes de Manoel de Oliveira, Tiago Guedes, Frederico Serra e José Fonseca e Costa. Paulo Branco foi apresentado durante o festival como um dos produtores de cinema de terror português com maior propriedade intelectual cinematográfica em Portugal.

O festival trouxe secções diversas e de outros clássicos do cinema com a projeção em cine-concerto do filme "Os crimes de Diogo Alves" e também um cinema mais independente e menos comercial com "Demónios de Dorothy" e duas especiais celebrações: uma em honra dos 100 anos de José Saramago, com a exibição do filme "Enemy" de Denis Villeneuve; e outra na pré-abertura do festival, com um cine-concerto do filme "Nosferatu".

Destacam-se estes entre outras dezenas de filmes que compuseram a programação do festival que marcou a rentrée do cinema São Jorge e o regresso dos festivais portugueses de cinema.

O mundo dentro de uma tela

Carolina Serrão

No dia em que soube que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou (com os votos a favor do Partido Socialista) a construção de um busto de Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, rapidamente decidi que a minha sugestão cultural para esta revista seria a secção do Doclisboa: "Retrospetiva a questão colonial".

O Doclisboa é um festival internacional de cinema que decorre entre 6 e 16 de outubro em diversas salas de Lisboa - Culturgest, Cinema São Jorge, Cinemateca Portuguesa, Cinema Ideal e Museu do Aljube. Destaco a programação eclética, centrada no diálogo e reflexão e no encontro de diferentes culturas que este festival nos tem proporcionado nos últimos anos.

Durante 11 dias vários espaços da cidade são ocupados com histórias de vida, fragmentos do mundo passado, reflexões do momento presente, esboços de lutas, pedaços de emoções. Aqui não encontramos respostas. Aqui a realidade apresentada através de uma tela é nua e crua. Aqui é o olhar da câmara que nos guia e instiga à reflexão e ao questionamento. Parafraseando Mario Marret (realizador), "Era um testemunho. Não interessa o formato, a câmara, essas coisas todas. Estava um cineasta presente. O cineasta tem de estar no local onde o mundo se faz, quando é feito.".

Dentro da "Retrospetiva a questão colonial" podemos olhar a resistência argelina; os anos que se seguiram ao fim da Guerra da Argélia; a destruição causada pela guerra colonial imposta por Salazar; o processo instaurado por cidadãos africanos contra o FMI, o Banco Mundial e outras instituições financeiras, responsabilizando-os pela crise da dívida africana; a opressão colonial; a primeira grande festa da Angola independente; as estratégias educativas seguidas por Amílcar Cabral; o sonho de uma revolução anti-imperialista e tantas outras histórias e realidades.

Sim, acabei de fazer uma lista com alguns dos conteúdos que podes encontrar nesta secção do festival. Agora desafio-te a ires ao programa do Doclisboa, procurares a secção "Retrospetiva a questão colonial", encontrares os filmes que dizem respeito a cada item desta lista e marcares numa app qualquer ou, se fores mais tradicional como eu, assinalares na agenda os dias, as horas e os locais onde passa cada filme. Não percas esta excelente oportunidade de olhar outras perspetivas. Arte e Cultura são resistência.

Afropeu: a diáspora negra na Europa
de Johny Pitts

Andreia Galvão

Johny Pitts, jornalista britânico, parte para a Europa. O seu caminho conta com cidades como Paris, Marselha, Amsterdão, Bruxelas, Berlim, Moscovo, Estocolmo e Lisboa enquanto nos leva a deambular numa viagem mental sobre si próprio e a sua relação com o continente. A obra parte em busca de cidades e pessoas invisíveis, enquanto ensaia uma tentativa de mapear a diáspora em contínuo movimento e entender as profundas e constantes mutações identitárias dos mesmos agentes que busca. "Afropeu" pretende ser um conceito unificador para essa descoberta e redescoberta identitária, tal como foram o pan-africanismo, a negritude, o Black Power, entre outros.

Perseguimo-lo pelas mesmas ruas onde tambem caminharam os maiores intelectuais negros da contemporaneidade e somos confrontados com a singularidade encontrada na diversidade. Pitts ilumina com o à-vontade de quem também procura as pessoas sem as quais a Europa não seria a Europa. Talvez para encontrar uma realidade mais complexa do que imaginava, mas também uma resposta plural ao discurso estigmatizante e discriminatório.

Vale a leitura.

(também podemos encontrar a sua escrita em https://afropean.com/)

(Novas?) Cartas Portuguesas

Tu, mulher olhando o seu corpo como coisa distinta, como seu próprio objeto erótico, e não como seu eu (porque toda a sobrevivência da cidade assenta nessa prática, do corpo se retirou a mulher para que aquele possa ser usado e explorado sem resistência pessoal) (Barreno, M.)

texto de Ana Teresa Fonseca

Todas elas mulheres, todas elas submissas, todas elas receosas de si, todas elas presas no e pelo seu próprio corpo. Desde Mariana Alcoforado, freira de Beja do século XVII, às Três Marias do século XX, ou a nós, mulheres do século XXI, todas nós nos mantemos cativas do patriarcado e da sua repressão sobre o corpo.

Cinquenta anos após a publicação das Novas Cartas Portuguesas é-lhes reconhecida a sua relevância pelas críticas ao colonialismo português, pela denúncia das desigualdades sociais e da violência de género, mas a verdadeira afronta "imoral e inadmissível" que deu início ao processo jurídico das Três Marias foi a libertação do corpo das mulheres através de palavras escolhidas e produzidas por mulheres. A escrita serviu de ferramenta de libertação pessoal e, em simultâneo, de conquista da palavra com que podiam finalmente exprimir tudo aquilo de que tradicionalmente não eram senão objeto.

A intemporalidade é uma das marcas distintivas das Cartas, dando azo a constantes interpretações sobre os mais variados temas. Contudo, não deveria a negação do direito à sexualidade feminina ser uma questão datada, já resolvida e desconstruída? Não é, no final de contas, a personagem de Mariana Alcoforado retrabalhada precisamente através da sexualidade como via para o seu autoconhecimento? Não foi já substituída a "verticalidade fálica" pela noção de "profundidade útera" como elemento valorizado e criador?

A resposta encontra-se, por exemplo, na falta de investimento na educação sexual, que permanece heteronormativa, machista, quase exclusivamente biológica e essencialista. Como se não bastasse, grande parte das escolas não cumpre a Lei n°60/2009, definidora da obrigatoriedade da educação sexual desde o 1° ao 12° ano, visto que as horas que deveriam ser dedicadas ao tema e à extensão dos restantes currículos é um grande obstáculo. Não deixa de ser uma prova de que a lei se encontra dois passos à frente das práticas institucionais, mas todas sabemos que a sua desvalorização é resultado de uma cultura que sempre tratou a sexualidade como assunto tabu e exclusivo de homens. Ainda assim, a sua ocupação sistémica tem sido capaz de encontrar lugar fora dos locais de ensino.

Até dezembro no Musex, e janeiro no Museu do Aljube, podem ser visitadas as exposições "Amor Veneris – Viagem ao Prazer Sexual Feminino" e "Adeus, Pátria e Família" respetivamente. Estes espaços procuram explorar as diversas questões da sexualidade e as suas construções e desconstruções, enfatizando o sexo, o género e as suas expressões não só como objeto mas também como sujeito de estudo e análise. Talvez um certo alívio seja a reação mais imediata após a assimilação destes exemplos. Verifica-se a edificação do que as Três Marias começaram. Assiste-se à valorização da "educação sexual" (no seu sentido mais amplo e aberto a re-significações) em instituições do corpo civil. Além disso, importa não esquecer que ambas as exposições integram uma perspetiva inclusiva. Não se cingem exclusivamente à libertação do corpo da mulher, tradicionalmente confiscado pelo homem. A libertação em causa é a de todos os corpos, integrando o espectro binário ou não. O sujeito de quem se liberta pode ou não ser o homem.

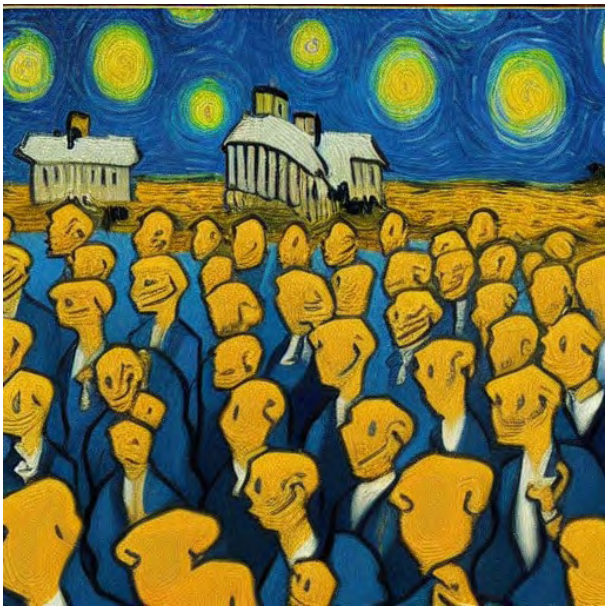
Por falar em libertação dos corpos e de acompanhar as vontades que mudam com os tempos, na Hungria entrou em vigor, a 15 de setembro de 2022, uma lei que obriga as mulheres a ouvir o batimento cardíaco do feto antes do aborto. Apesar dos seus 50 anos, as Cartas são realmente, mas infelizmente e ainda, novas.

1 Jesus, I. (2012) "Novas Cartas Portuguesas – Uma Abordagem Feminista", Faces de Eva, 28, Edições Colibri, Universidade Nova de Lisboa

2 Lentina, A M. (2014) "As Novas Cartas Portuguesas ou uma nova cartografia do feminino". Porto, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa

Protesto no estilo de

Paula Rego



Van Gogh

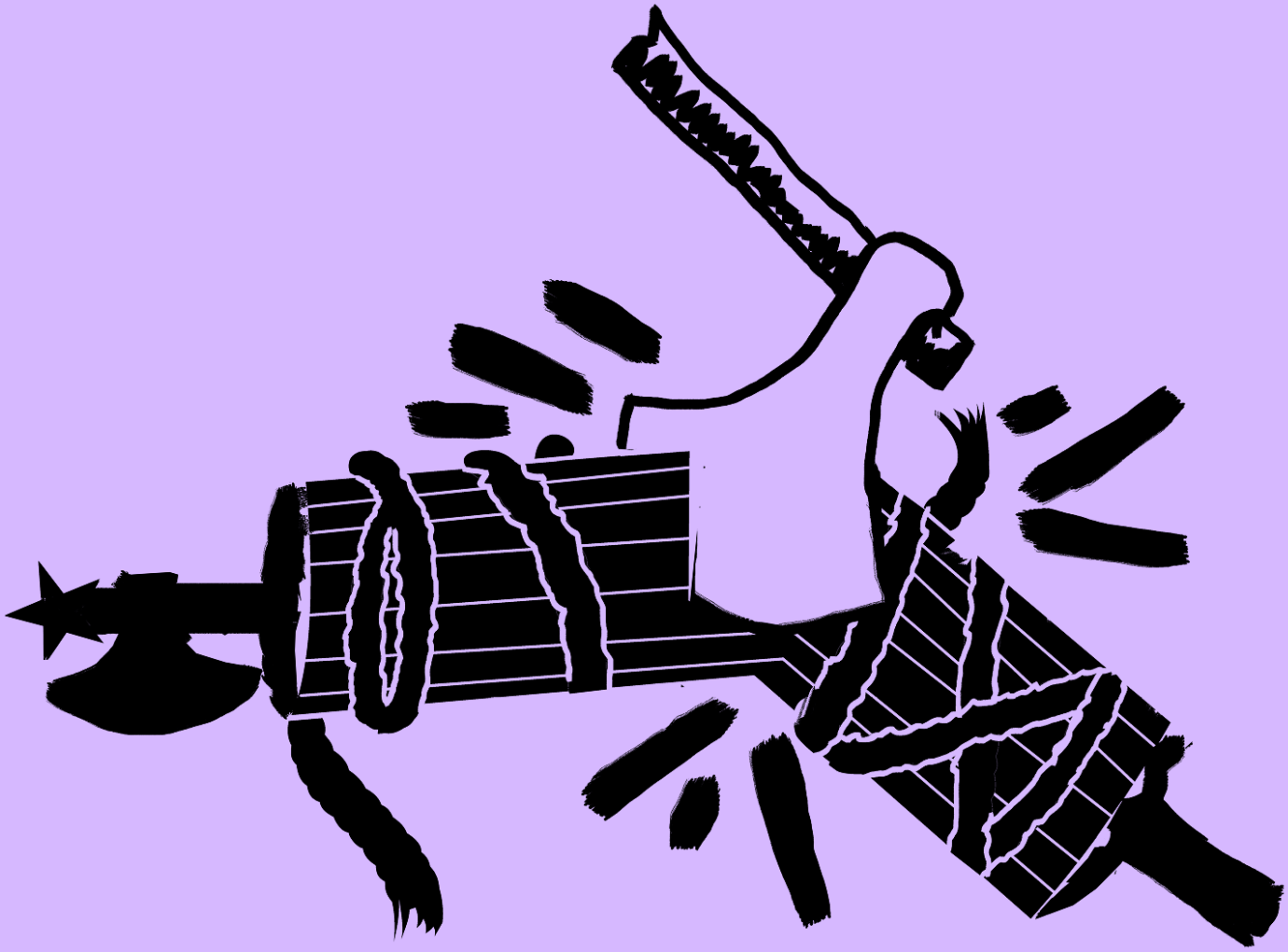
Frida Kahlo

Salvador Dalí

Imagens geradas por inteligência artificial em *https://beta.dreamstudio.ai/home*

dossiê

#54 SÉRIE II OUTUBRO 2022



Novas direitas, velhos costumes

Uma esquerdista radical e um chegano entram num bar…

texto de Inês Sena

Mas não é bem um bar. É uma roulotte à beira-praia que mata a sede às navegantes da lua que se aventuram para longe dos bares do centro turístico. Mesmo esse não passa de uma rua principal conhecida como "a marginal", o que é uma desonestidade comprovável, já que para além dessa, há ainda uma outra rua paralela ao mar - nem contando com o respeitável passadiço que cobre o areal. Esta roulotte, estacionada sim na verdadeira marginal, serve um conjunto diverso de pessoas mais ou menos jovens, atraídas pela bebida barata.

Já passa bem da meia-noite e tanto a esquerdista como o chegano, se hidratam avidamente com respetivas companhias. À vinda, depois de ter ido comprar mais uma rodada, a esquerdista ouve o grupo do chegano mencionar as FP-25 - as Forças Populares 25 de Abril - e comunica-o com entusiasmo à sua companhia, que acontece ser tão esquerdalha quanto ela. Num ato impulsivo contra a deliberação de grupo, mas manifesto da sua liberdade individual, a esquerdista aproxima-se do chegano e dos seus amigos, e, sem grandes cerimónias, apresenta-se. Diz que os ouviu de passagem e tenta perceber os contornos da sua conversa. Sem grande demora eles identificam-lhe a esquerdice, levando-a a admitir a sua condição. De início trocam umas palavras hostis sobre assaltos a bancos e pais terroristas, mas o jovem chegano, face à abordagem cordial, é coagido a admitir um grau de curiosidade e simpatia protocolar. Só se despedem quando a hidratação já abunda, algumas horas mais tarde, depois de terem satisfeito os requisitos mínimos de faladura, e o conflito de ideias se render ao cansaço mútuo.

As conclusões, tal como as ideias discutidas, não são nada de novo - para além de um racismo subentendido, tímido na sua expressão, envergonhado até - é óbvia a defesa de um liberalismo económico em esteróides. Apesar disso, há a preocupação com o estado dos serviços públicos, que atribui com indignação às políticas "socialistas" e de "extrema-esquerda" dos últimos 6 anos, as carências das quais são vítimas. Neste caso, as posições proferidas por este jovem alentejano, dificilmente refletem a violência do discurso demagógico e inflamável, adoptado pelo partido que diz defender.

A identificação dos partidos à esquerda do PS como perigosos radicais é uma consequência do desvio incremental do espectro político à direita que se tem observado nos últimos anos, e do qual o PS não é de todo inocente. Através da falsa polarização com a extrema-direita, o PS pôde capitalizar com o medo generalizado de um governo de direita com o apoio do Chega, conseguindo assim captar votos do eleitorado de esquerda apesar da contenção orçamental e da aparente indiferença perante as necessidades urgentes de reforço de financiamento dos serviços públicos.

Liberais de todas as cores e de todos os sabores

As eleições já lá vão e as evidências da viragem do PS à direita são inegáveis: a recusa de taxar lucros extraordinários, de aumentar salários face à inflação e de fixar preços para proteger o poder de compra são amostras claras da intenção do Governo de fazer as pessoas que vivem do seu trabalho pagar pela crise energética e pela anunciada espiral inflacionista. Perante o aumento descontrolado do custo de vida, que tanto dá azo ao aproveitamento pelas grandes empresas, o Governo de Costa decide ignorar as desigualdades que se agravam, nunca deixando de priorizar a redução do défice - não vá pôr em causa a sua posição como bom cordeirinho de Bruxelas.

Este descontentamento - fruto das políticas do Partido Socialista - alimenta um sentimento "anti-socialista" que em concelhos rurais e suburbanos ganha uma maior expressão no apoio ao Chega. Nos centros urbanos, por outro lado, e com especial concentração nas zonas com maior rendimento per capita e maiores índices de escolaridade, a IL apresenta-se como a grande novidade da política em Portugal. O alvo do seu confronto ideológico não poderia ser mais claro.

Com um programa de liberalização radical da economia, a Iniciativa Liberal afirma-se preconizando uma originalíssima solução política baseada na supremacia da liberdade individual em oposição direta à ideia de um Estado interventivo e regulador. Apesar de empregar táticas de comunicação próximas de um marketing empresarial jovem e irreverente, a exaltação do agente autónomo - que através do seu mérito empreendedor num mercado misteriosamente auto-regulado encontra a realização da sua liberdade individual - não resulta de nenhuma vaga de inovação ideológica. Tanto o Chega, como o PS e o PSD, com mais ou menos políticas de proteção social, defendem uma ordem social baseada na primazia da atividade do sujeito atomizado diante de dinâmicas orgânicas ao mercado livre.

Com absoluta surpresa para absolutamente ninguém, a defesa das escolhas individuais, a proteção das minorias e o combate às tendências totalizantes são princípios basilares da nossa ação política. As raízes do pensamento liberal - que foram cooptadas erroneamente pelo neoliberalismo como uma arma ideológica ao serviço das classes dominantes - sobrevivem nas nossas ideias e na nossa prática política, onde são confrontadas com a conceção materialista da História.

Aquilo que a IL tenta fazer - naturalizar o neoliberalismo recorrendo a uma essencialização do individualismo como constituinte primário da natureza humana - pinta um quadro onde o que há de vir está irremediavelmente determinado e em que as relações de mercado se sobrepõem a qualquer tentativa de construção de um futuro alternativo. Futuro esse onde as desigualdades sócio-económicas não são vistas como uma inevitabilidade. Traduzir a nossa visão alternativa de futuro em propostas concretas que incorporem o pressuposto de que a transformação do mundo é possível e de que vale a pena acreditar nesse radicalismo é o nosso papel.

Perigo à vista: o fascismo volta à Itália

texto de Asia Leonardi

"Deus, pátria, família". É este o lema com que se apresentam os Fratelli d'Italia (Irmãos da Itália), o partido presidido por Giorgia Meloni. Um lema que é demasiado antigo e que esperaríamos ultrapassado, como aliás esperaríamos extinta a chama tricolor que arde no brasão desse partido: uma chama que evoca o simbolismo do Movimento Sociale Italiano (Movimento Social Italiano), colocada lá para arder sob o túmulo de Benito Mussolini. Relutantemente deve ser dito: esta chama ainda arde em Itália e demora a morrer. Os resultados das eleições de 2022 são uma prova clara disso.

Embora Giorgia Meloni tenha afirmado repetidamente que "a direita entregou o fascismo à história", a ambiguidade com que se movimenta é óbvia e a tensão palpável. Não é por acaso que Meloni iniciou a sua atividade política ingressando na associação de jovens do MSI aos 15 anos. Não é por acaso também que a sua militância e ativismo foram muitas vezes em redor de personagens cujas carreiras foram já tingidas de negro.

Pessoas que ainda se movem na elite do partido, como Francesco Lollobrigida, ex-líder do grupo na Câmara dos Deputados e cunhado de Giorgia Meloni. Relembramos que no dia 11 de agosto de 2012, enquanto Conselheiro de Mobilidade da Região de Lazio, Lollobrigida inaugurou em Affile um mausoléu dedicado ao fascista Rodolfo Graziani, o chamado “carniceiro da Etiópia”. Um colaborador nazi condenado a 19 anos de prisão e incluído pela ONU na lista de criminosos de guerra.

Ou Francesco "Checco" Acquardi, atual presidente da região de Marche, que em 2019 participou num jantar comemorativo da Marcha sobre Roma, que marcou o início do antigo fascismo Italiano.

O currículo do partido é muito claro. Astutamente respondendo "não obrigado" à proposta de participar no governo de Draghi, Giorgia Meloni ocupa o primeiro lugar entre os principais candidatos, mascarando sob o véu de uma mudança teoricamente progressista (ela será a primeira mulher chefe de governo em Itália) um perigoso e assustador retorno ao passado sombrio da Itália.

Do bloqueio naval à flat tax, da reintrodução do serviço militar obrigatório ao extinção dos crimes de tortura por parte da polícia, as propostas de coligação de centro-direita Italiana (Fratelli d'Italia no topo, seguido pela Lega de Salvini e Forza Italia de Berlusconi) abrem-se num panorama surreal. Entre a atitude populista da Lega que continua a incentivar o ódio pelo outro (é de recordar o rosto sorridente do membro da Lega Alessio Di Giulio que, enquanto filmava uma mulher cigana, proclamava "a 25 de setembro vote Lega, para nunca mais a ver!") e o pensamento perigosamente intolerante de Meloni (que pede censura a um episódio de "Peppa Pig" onde se vê uma família com duas mães, mas que na campanha eleitoral relança um vídeo de um violação de uma mulher italiana por um homem nigeriano), a coligação de centro-direita tem amizades na Hungria de Viktor Orban, no Vox espanhol e no Rassemblement National de Marine Le Pen. Por cá, o novo líder do PSD rejubilou com a progressiva normalização da extrema-direita, estando morto por se coligar com o Chega que também enalteceu a vitória de Meloni.

No que diz respeito à crise climática, a coligação planeia instalar catorze centrais nucleares em todo o país, com um custo entre os 280 e 400 mil milhões de euros. Embora nunca se tenham declarado negacionistas das alterações climáticas, todos os partidos deram luz verde às grandes empresas e todos criticam as manifestações do Fridays for Future.

Falam-se ainda de questões controversas como o cancelamento total do subsídio de cidadania ("reddito di cittadinanza") e a extensão da flat tax: noutras palavras, ricos mais ricos e pobres mais pobres. Mas também se fala de uma reforma presidencial, da negação de ius scholae e ius culturae para todas as pessoas que nasceram na Itália com pais estrangeiros, o que obviamente não os torna dignos o suficiente para exercer o direito à cidadania italiana.

A completar este quadro estão os comentários de Giorgia Meloni sobre saúde mental, definindo anorexia, bulimia, obesidade e automutilação como "desvios juvenis".

Podendo chamá-los de neofascistas ou conservadores, a direita italiana é monopolizada por um pensamento intolerante, pouco aberto ao diálogo com as novas gerações, pronta para "levantar a Itália" (é este o slogan da campanha eleitoral) e para a lançar num poço enlameado "tradicionalista", paralisando o país diante de um mundo em contínua mudança e evolução.

A onda marrom em escala mundial

texto de Michael Lowy

Este texto é um excerto adaptado de um texto publicado por Michael Lowy em A Terra é Redonda, no dia 09/02/2021.

Jair M. Bolsonaro não é um caso único. Assistimos nos últimos anos a um espetacular ascenso, no mundo inteiro, de governos de extrema direita, autoritários e reacionários, em muitos casos com traços neofascistas: Shinzo Abe (Japão) – substituído recentemente por seu braço direito – Modi (Índia), Trump (USA) – perdeu a presidência mas continua sendo uma força política pesada – Orban (Hungria), Erdogan (Turquia) são os exemplos mais conhecidos. A isto devemos acrescentar os vários partidos neofascistas com base de massas, candidatos ao poder, sobretudo na Europa: o Rassemblement National da família Le Pen na França, a Lega de Salvini na Itália, o AfD na Alemanha, o FPÖ na Áustria, etc.

O neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século 21. Por exemplo, não assume a forma de uma ditadura policial, mas respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento, etc. Naturalmente, trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias e repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como eram as SA alemãs ou o Fascio italiano. Certo, se mobilizaram para apoiar Donald Trump vários grupos para-militares de caráter neofascista, mas nunca chegaram a tomar um caráter de massas. O mesmo vale para os grupos de milicianos que gravitam em torno de Bolsonaro e seus filhos.

Mas a diferença mais importante entre os anos 1930 e hoje se situa no terreno econômico: os governos neofascistas desenvolvem uma política econômica tipicamente neoliberal, longe do modelo nacionalista-corporatista dos fascismos clássicos.

A esquerda como um todo, com apenas algumas exceções, tem severamente subestimado esse perigo. Não viu a "onda marrom" vindo e, portanto, não viu a necessidade de tomar a iniciativa de uma mobilização antifascista. Para algumas correntes da esquerda que veem a extrema-direita como nada mais do que um efeito colateral da crise e do desemprego, são essas as causas que devem ser atacadas, e não o fenômeno fascista propriamente dito. Tal raciocínio tipicamente economicista desarmou a esquerda diante da ofensiva ideológica racista, xenofóbica e nacionalista do neofascismo.

Trata-se de um erro, partilhado por muitos na esquerda, supor que o neofascismo se fundamenta essencialmente na "classe média". Nenhum grupo social é imune à praga marrom. As ideias neofascistas, em particular o racismo, contaminaram uma parte significativa não só da pequena burguesia e dos desempregados, mas também da classe trabalhadora. Isto é particularmente notável no caso dos Estados Unidos, onde Donald Trump conseguiu o apoio da grande maioria dos brancos no país, de todas as classes sociais. Mas vale também para o nosso Trump tropical, Jair Bolsonaro.

O principal tema de agitação da maioria destes regimes ou partidos é o racismo, a xenofobia, o ódio ao imigrante: mexicano nos Estados Unidos, negro ou árabe na Europa, etc. Essas ideias não têm relação nenhuma com a realidade da imigração: o voto para Le Pen, por exemplo, foi particularmente alto em certas áreas rurais que nunca viram um único imigrante.

A análise "clássica" de esquerda sobre o fascismo o explica essencialmente como um instrumento do grande capital para esmagar a revolução e o movimento dos trabalhadores. Com base nessa premissa, algumas pessoas da esquerda argumentam que já que hoje o movimento dos trabalhadores está muito enfraquecido e a ameaça revolucionária não existe, o grande capital não teria interesse em apoiar movimentos da extrema-direita, de modo que o risco de uma ofensiva marrom não existiria. (...)

Não há nenhuma receita mágica para combater a extrema-direita neofascista. Devemos nos inspirar – com uma distância crítica apropriada – nas tradições antifascistas do passado, mas também devemos saber como inovar, a fim de responder às novas formas desse fenômeno. O movimento antifascista só será eficaz e crível se for motivado por forças situadas fora do consenso neoliberal dominante.

O sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise, produz e reproduz fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de Estado e as ditaduras militares. A raiz desses fenômenos é sistêmica e a alternativa tem de ser radical, antissistêmica. Isto é, um socialismo libertário e ecológico que supere os limites dos movimentos socialistas do século passado – o compromisso social-democrata com o sistema e a degeneração burocrática do chamado "socialismo real" –, mas recupera as tradições revolucionárias brasileiras, de Zumbi dos Palmares e Tiradentes à Carlos Marighella e Chico Mendes.

Os ventos do povo chileno

texto de Rodrigo Sousa

No dia 4 de setembro ficámos a conhecer o resultado do referendo à Nova Constituição Chilena: 62% pelo "rechazo" do documento constituinte e apenas 38% pela aprovação. Apesar das sondagens já o terem previsto, um clima de surpresa paira no ar. Este resultado parece contrariar os avanços dos últimos anos, marcados pela revolta ao legado de Pinochet e pela abertura a profundas mudanças sociais. Cabe-nos agora analisar os vários porquês desta derrota e perceber o que o futuro pode reservar ao povo chileno.

Um início atribulado

O processo de redação da proposta para a nova Constituição chilena parecia abrir algo sem precedentes: a demanda do povo chileno de convocar eleições para criar uma Convenção Constitucional que incluísse indivíduos fora da esfera partidária e que fosse representativa da sociedade chilena (sendo esta paritária e com lugares reservados aos povos indígenas) ia mesmo acontecer.

Assistia-se assim a uma mudança drástica do sistema político chileno, onde os clássicos partidos tremiam. No entanto, o sonho rapidamente se tornou um pesadelo: não só assistimos a um caos político nunca antes visto, onde constituintes pediam para votar durante o banho e até realizavam festas em piscinas encerradas de hotéis, como vimos também uma dificuldade enorme de obter consensos sólidos. Tudo isto gerou descontentamento na população chilena, novamente dececionada com os processos democráticos. Foi, aliás, com este descontentamento, que dentro da própria Convenção se começou a desenhar um cenário de rejeição do projeto constituinte.

Pós-verdade no país da esperança: como transformar uma eleição

Seis dos sete jornais diários em circulação no Chile pertencem a dois grandes grupos económicos. Perante a batalha política em torno da Constituição, estes grupos tentaram condicionar o sentido de voto dos chilenos: desde o destaque às iniciativas chocantes de micro-grupos de Constituintes à criação da "Chilezuela", surgiu assim um declive social onde a esquerda era encurralada e o Rechazo crescia.

Esse declive aprimorou-se quando o então constituinte Bernardo Fontaine, eleito por uma lista da direita radical, protagonizou a capa do jornal "Las Últimas Noticias" afirmando que os trabalhadores não seriam donos das suas pensões após a rejeição da iniciativa cidadã "Con Mi Plata No", que pretendia incluir pontos sobre as pensões na Constituição - algo que o governo pretendia regular pela via parlamentar. O porta-voz desta iniciativa era nada mais nada menos que Francisco Orrego, apoiante de Kast nas últimas eleições, que fez alusão a essa capa para causar revolta nas milhares de pessoas envolvidas na sua iniciativa.

Sondagens passaram então a mostrar uma rejeição inédita ao processo constituinte. Esta campanha durou mais de 4 meses, criando monstros como o falso fim do financiamento estatal às escolas privadas, o fim do sistema de saúde privado e a expropriação de casas. A Fundácion Ciudadanos en Acción, da qual Fontaine foi diretor, viria mesmo a gastar mais de $80 milhões de pesos chilenos em anúncios nas redes sociais de modo a reforçar a sua narrativa. A longo termo, parece ter sido vitorioso: sondagens entre 120 residentes dos 12 municípios mais habitados na Região Metropolitana mostram que muitos votaram a favor do "Rechazo" com medo de todos os mitos criados à direita.

Uma Constituição para quem?

Seria no entanto ingénuo pensar que a derrota de uma eleição se pode atribuir apenas aos meios de comunicação. A verdade é que uma Constituição tão abrangente a nível de direitos sociais acabou por ser rejeitada por todos os setores da sociedade chilena que pretendia proteger: machupes, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQI, pessoas racializadas e as pessoas das classes mais pobres. Sabemos que a esquerda perdeu ao não conseguir falar para estas pessoas: não só não conseguiu resistir às narrativas da direita como não conseguiu simplificar uma Constituição que contém 388 artigos, tendo ainda falhado na criação de uma solidariedade que fosse além de classe e que incluísse também as diversas identidades. O povo chileno sentiu assim que os direitos universais a que apelou na revolta de 2019 estavam a ser diminuídos perante preocupações sociais identitárias válidas, mostrando que a esquerda não soube apresentar um projeto de emancipação que criasse laços conscientes entre todas, todos e todes.

Parte dessa derrota está também interligada com a rejeição das opções políticas de Boric: não se pode esperar que uma Constituição tão progressista em direitos indígenas tenha a aprovação desse setor ao mesmo tempo que decide militarizar zonas habitadas por estes mesmos, mostrando assim grandes contradições práticas.

Continuará "la estrella de la esperanza"?

Perante este resultado, a esquerda e o governo de Boric têm enormes dificuldades: encontram agora uma direita com uma chama reacesa que não vai parar enquanto não conseguir boicotar o processo social progressista que o Chile protagoniza há anos, seja através de campanhas, boicotes legislativos ou até mesmo pressão para uma nova forma de elaboração constituinte. Mas não nos deixemos enganar: os 78% que queriam uma mudança de Constituição em 2020 continuam atuais e é nesse campo que a esquerda deve reinterpretar as suas lutas e tentar reconquistar o povo, que um dia já tanto sonhou em conjunto. É essa a luta necessária para que a estrela da esperança não morra.